

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

FELIPE ANTONIO NIZUMA SIMABUKULO

**DA ECONOMIA AGRÁRIO-EXPORTADORA À ECONOMIA URBANO-
INDUSTRIAL: O TRABALHADOR NEGRO E A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS NA
CIDADE DE SÃO PAULO (1888-1950)**

São Paulo

Ano

2018

FELIPE ANTONIO NIZUMA SIMABUKULO

**DA ECONOMIA AGRÁRIO-EXPORTADORA À ECONOMIA URBANO-
INDUSTRIAL: O TRABALHADOR NEGRO E A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS NA
CIDADE DE SÃO PAULO (1888-1950)**

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da
Universidade de São Paulo, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Área de Concentração: Geografia Urbana

Orientador: Prof. Dr. Simone Scifoni

São Paulo

Ano

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Se

Simabukulo, Felipe Antonio Nizuma Da economia agrário-exportadora à economia urbanointerindustrial: o trabalhador negro e a formação das periferias na cidade de São Paulo (1888-1950) / Felipe Antonio Nizuma Simabukulo ; orientadora Simone Scifoni. - São Paulo, 2018.

48 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)-
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Industrialização . 2. Urbanização. 3. Racismo.
4. São Paulo - cidade. I. Scifoni, Simone, orient.
- II. Título.

SIMABUKULO, Felipe Antonio Nizuma. **Da economia agrário-exportadora à economia urbano-industrial:** o trabalhador negro e a formação das periferias na cidade de São Paulo (1888-1950). 2018. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedicado à Marielle Franco

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos familiares e amigos, em especial Daniel dos Santos Prado pelas conversas e elucidações, que tornaram esse trabalho possível. Também ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Escola Nacional Florestan Fernandes e aos companheiros de Editora Expressão Popular pela compreensão e amizade. E à professora Simone Scifoni pela recepção e orientação no Departamento de Geografia/FFLCH/USP e também a Igor Valvassori, Takao Amano e ao professor Wilson do Nascimento Barbosa do Departamento de História/FFLCH/USP.

Esta é a sensação de saber que aparentemente estamos na última fronteira e no último céu, que não há mais nada depois disso, que estamos condenados à perdição – e, no entanto, fazemos a pergunta: “Para onde vamos daqui?”. Queremos uma segunda opinião. Não basta ouvir do médico que estamos mortos. Queremos seguir adiante

(SAID, Edward, 1987)

RESUMO

SIMABUKULO, Felipe Antonio Nizuma. **Da economia agrário-exportadora à economia urbano-industrial:** o trabalhador negro e a formação das periferias na cidade de São Paulo (1888-1950). 2018. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

As transformações no capitalismo mundial na virada do século XIX para o século XX redefiniram o funcionamento econômico das colônias e semicolônias. A passagem da economia agrário-exportadora para a economia urbano-industrial no Brasil (1888-1950) foi marcado pela dinâmica entre o racismo pós-abolição e o desenvolvimento do trabalho assalariado, em que trabalhadores negros foram restringidos do trabalho formal industrial. O proletariado em formação foi racializado, assim como a cidade de São Paulo foi ocupada segundo as remunerações entre trabalhadores brancos e negros, e assim, surgindo as periferias.

Palavras-chave: Industrialização, Urbanização, Racismo, São Paulo - cidade

ABSTRACT

SIMABUKULO, Felipe Antonio Nizuma. **From the agrarian-exporting economy to the urban-industrial economy:** the black worker and the periphery formation in the city of São Paulo (1888-1950). Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The changes in worldwide capitalism at the turn of the nineteenth century to the twentieth century redefined the economical behaviour of the colonies and semicolonies. The transition from the agrarian-exporting economy to the urban-industrial economy in Brazil (1888-1950) was marked by the dynamics between post-abolition racism and the development of wage labor in which black workers were restricted from formal industrial employment. The proletariat in development was racialized, just as the city of São Paulo was occupied according to the payments between white and black workers, and thus, the peripheries start to appeared.

Keywords: Industrialization, Urbanization, Racism, São Paulo - city

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Possessões coloniais das grandes potências (em milhões de KM ² e em milhões de habitantes)	8
Tabela 2 – Extensão de ferrovias (em milhares de KM ²)	14
Tabela 3 – Produção industrial em São Paulo (1907-1940)	15
Tabela 4 – Dados aproximados de negros e brancos na composição populacional no Município de São Paulo (1890-1940)	25
Tabela 5 – Distribuição parcial segundo ocupações por cor de pele em 1940	28
Tabela 6 – Concentração da produção industrial brasileira (participação em % - 1907-1939)	32

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1 DA ECONOMIA AGRÁRIO-EXPORTADORA PARA A URBANO-IDUSTRIAL NO BRASIL (1888-1950)	5
1.1. Considerações sobre a economia mundial na segunda metade do século XIX e início do século XX: o capitalismo como realidade mundial	5
1.2. A industrialização em São Paulo e a redefinição da economia nacional	10
2 DIVISÃO DO TRABALHO NA CIDADE DE SÃO PAULO NO PÓS-ABOLIÇÃO	18
2.1. Diferentes escalas da divisão do trabalho	18
2.2. Divisão do trabalho interna à cidade de São Paulo: proletariado racializado?	23
3 DA SEGREGAÇÃO RACIAL À PRODUÇÃO DO ESPAÇO DAS PERIFERIAS	29
3.1 A cidade na periferia do capitalismo	29
3.2 A periferia na cidade do capitalismo: crescimento da cidade e deslocamento residencial	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
BIBLIOGRAFIA	43
ANEXOS	46
Mapa do desenvolvimento urbanização da cidade de São Paulo (1882-1914)	47
Mapa do desenvolvimento urbanização da cidade de São Paulo (1950-1962)	48

INTRODUÇÃO

A penetração do capitalismo no Brasil pode ser exemplificada pelo caminho percorrido pela cidade de São Paulo. De aproximadamente 10.000 habitantes no começo do século XIX, com sua construção colonial e provinciana, salta para 2.000.000 de habitantes em uma vida pulsante na década de 1950, de dramas e pequenas vitórias diárias do trabalhador às mostras de arte modernas da Bienal e à ideologia do desenvolvimento econômico – a “locomotiva do Brasil”. Neste percurso que condensa as especificidades locais à mundialidade do capitalismo, há o fim do escravismo colonial enquanto regime e a emergência do trabalho assalariado, porém, com as contradições inerentes a uma sociedade que se constituiu sob a violência do trabalho escravo.

As transformações no mercado mundial nos marcos da crise das forças produtivas em fins do século XIX e as necessidades para sua superação, crise essa endógena do capitalismo dos países metropolitanos, encontrou reverberações nas colônias e semicolônias quanto ao seu papel. Por um lado deveria se seguir fornecendo matérias primas e produtos agrícolas, mas por outro, deveria começar a receber capitais sobreacumulados para a reprodução. A inserção de capitais e de investimentos em infraestruturas, em primeiro lugar para escoamento dos próprios produtos agrícolas, logo se converteram em mola propulsora para o desenvolvimento industrial propriamente dito combinando formas não-capitalistas e capitalistas de produção, mesclando a “acumulação primitiva” durante o próprio processo de industrialização a partir do intercâmbio desigual local e regional e com as metrópoles. A transição da economia agrário-exportadora para a urbano-industrial compreende um processo em que as formas de organização social fundadas sob a escravidão são absorvidas e dinamizadas em favor do desenvolvimento das novas relações capitalistas; o racismo, como ideologia e como prática, é expressão concreta na formação social brasileira da acumulação capitalista, sendo a marginalização do povo negro um efeito da não-política, ou ainda, da política da superexploração do trabalho no regime capitalista daqueles que antes eram submetidos à violência da escravidão.

Ao que se saiba nenhum político, partido ou órgão do governo apresentou planos concretos e significativos e investiu neles no sentido de fixar e aproveitar essa mão-de-obra. Pelo contrário, todos os investimentos foram para o trabalhador estrangeiro. Como isto se afirmava antecipadamente que a mão-de-obra

flutuante não prestava. Criou-se a visão de que o trabalhador europeu de integrou porque era superior e o nacional, negro, não-branco de um modo geral, era incapaz para se integrar (MOURA, 1988, p.82)

O que se pretende neste trabalho é discutir a partir das condições de reprodução do trabalhador negro como a negação do trabalho assalariado formal no pós-abolição está ligado ao desenvolvimento da economia urbano-industrial, utilizando-se do caso da cidade de São Paulo como lugar no qual foram expressas tais relações sociais, internamente à dialética do processo de industrialização/urbanização e internamente à classe trabalhadora e ao proletariado em formação, analisando as mudanças da economia de 1888 até a década de 1950 – período que compreende a liberação do trabalho do “cativeiro da terra”, em que este é pré-condição para a consolidação das relações capitalistas de produção.

Diferente da cidade pré-capitalista europeia cuja separação entre campo e cidade se deu pelo desenvolvimento da propriedade privada, a cidade colonial já nasce com uma função específica vinculada diretamente às demandas da economia agrário-exportadora. Marx e Engels (1991, p.80) sobre as cidades europeias na formação do capitalismo escreveram que elas “*eram verdadeiras ‘associações’ criadas pela necessidade imediata, pela preocupação em defender a propriedade*” das corporações artesãs, que também eram comerciantes, e que dessa forma organizavam a plebe composta pelo campesinato que afluíam do campo. No Brasil colonial a situação foi diferente: tanto a propriedade e quanto a lei, foram determinadas previamente pela metrópole, sendo a ocupação do território a materialização do próprio empreendimento colonial de produção agrícola para exportação, onde as populações ou estavam sob o julgo da violência da escravidão ou trabalhavam para que o empreendimento agrário-exportador funcionasse, seja nos engenhos, na administração pública ou na circulação do comércio cuja natureza era “(...) *evitar o surgimento na colônia de qualquer atividade que concorresse com a economia metropolitana*” (Furtado, 1965, p.69).

A cidade colonial em que a “*preponderância do mundo rural se refletia no urbano ou melhor dizendo, literalmente tornava o mundo urbano sua projeção*” (Engels e Marx, 1991, p.90), concentrando a contabilidade, o controle da escravaria, a Igreja e que expressava a necessidade e aspirações dos senhores deu lugar a outra cidade, aquela em que os senhores mudaram e que se inverteu o que se irradia: o urbano voltou-se para si e também para o mundo rural, urbanizando pelo consumo de mercadorias o campo. “*As consequências da*

industrialização, numa sociedade dominada pelas relações de produção e de propriedade capitalistas (...) se aproximam de seu termo: uma cotidianidade programada num ambiente urbano adaptado para esse fim” afirmou Lefebvre (1991, p.73) considerando já na metade do século XX não só a mundialidade do capitalismo, mas a continuidade do seu imperialismo através da urbanização, e por isso, do consumo coercivo, o que justamente o que torna o capitalismo possível.

A hipótese é que neste processo o trabalhador negro não foi excluído da sociedade capitalista e da cidade de São Paulo que se constitui no período após a abolição, mas que sua marginalização é parte da forma pela qual a sociedade passou a se reproduzir, em que o proletariado é racializado em favor da acumulação capitalista e que, portanto, a violência do racismo como prática tem uma razão material. Com a emergência do trabalho assalariado e primazia dos postos de trabalho formais delegado aos trabalhadores brancos nacionais e migrantes, o trabalhador negro compôs tanto o exército de reserva – e que, portanto, impactou na formação da média salarial, constituindo a ampliação da mais-valia – quanto foi submetido a trabalhos formais e informais na franja principal da acumulação (industrial) constituindo uma transferência de valor, o que não é menos crucial do ponto de vista da realização do capital em sua ponta e da acumulação. Longe de ser uma anomalia, é justamente a forma pela qual o capital pôde se reproduzir ampliadamente, através da combinação das formas de acumulação sobre os trabalhadores.

Discutiremos primeiro a ligação entre a crise da superacumulação dos países centrais da Europa no final do século XIX e a crise do sistema agrário-exportador colonial, neste trabalho em específico o caso brasileiro, como totalidade: a crise das forças produtivas nos países centrais transformou o capital acumulado em capital financeiro em que a dificuldade de reinserção na produção encontrou nos investimentos nos países coloniais e semicolonais o lugar de preferência de realização do mesmo; ao mesmo tempo, o sistema agrário-exportador entrou em crise já que sua organização não permitia que se auto sustentasse a não ser pela exploração extra- econômica do trabalhador negro através da escravidão.

Em seguida, vamos expor como ainda que o país se mantivesse em sua posição na divisão internacional do trabalho enquanto país periférico, internamente a produção econômica foi se diferenciando, a partir do centro da industrialização – a região da cidade de São Paulo – subordinando as demais regiões pelo equivalente de trocas, incluindo a

mercadoria de força de trabalho, o qual internamente houve uma divisão racial através dos postos de trabalho pela clivagem da ideologia racialposta no período pós-abolição. Após a abolição da escravidão, com a “expulsão” o custo de manutenção do trabalhador escravizado de dentro da unidade produtiva, a classe dominante passou a diversificar e dinamizar frações do lucro internamente, possibilitando a acumulação e a reprodução do capital, em que a composição orgânica do capital, que era contida pela própria natureza da economia agrário-exportadora – pois a sustentação da produção era custeada pela violência da escravidão – pôde se desenvolver segundo a necessidade sistêmica da produção de mercadorias visando a reprodução ampliada. Investigaremos como se desenvolveu internamente à transição de uma economia à outra as relações de trabalho e o desenvolvimento de um proletariado racializado, através da análise da divisão do trabalho na cidade de São Paulo.

Por último, vamos investigar a relação entre a racialização do proletariado e sua expressão na cidade de São Paulo, em que como a cidade é desenvolvida através das contradições inerentes a um capitalismo cuja acumulação se dá através da dinâmica simultânea, desigual e combinada, das relações pós-escravidão e estritamente capitalistas. A mobilidade espacial da população negra – do confinamento nos cortiços do centro à ocupação das periferias – é expressão do mesmo desenvolvimento capitalista.

Para desenvolver o trabalho buscamos principalmente em Francisco de Oliveira as bases teóricas para a compreensão da transição de um modo de acumulação à outro, mas também revisitamos autores fundamentais para a compreensão do período como Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Milton Santos, José de Souza Martins, Léa Goldestein e Manoel Seabra; para discussão sobre a herança do escravismo e do racismo no Brasil buscamos principalmente em Abdias do Nascimento e Clóvis Moura as discussões à partir do ponto de vista da produção científica do movimento negro, auxiliado pelos estudos de Octávio Ianni e principalmente, Florestan Fernandes; e sobre o desenvolvimento industrial e urbano da cidade de São Paulo no período buscamos em Pasquale Petrone, Pierre Monbeig, Odette Seabra, Warren Dean, Raquel Rolnik e Nabil Bonduki, que nos dão as bases e dimensões sobre tanto o desenvolvimento das relações capitalistas quanto o desenvolvimento da cidade e da mobilidade espacial dos trabalhadores no período.

1 DA ECONOMIA AGRÁRIO-EXPORTADORA PARA A URBANO-IDUSTRIAL NO BRASIL (1888-1950)

1.1. Considerações sobre a economia mundial na segunda metade do século XIX e início do século XX: o capitalismo como realidade mundial

O século XIX assistiu ao declínio do capital mercantil. Uma vez que as bases para a industrialização nos países centrais foram firmadas durante os anos de acumulação primitiva e de colonização – seja diretamente por possuir colônias ou indiretamente através da captação de frações do lucro através do comércio ou de impostos durante o processo de circulação –, um novo período de transformação das relações sociais estava em curso. O capitalismo nos países centrais durante o século XIX estava entrando em sua fase de reprodução extinguindo sua forma inicial. Nos demais países, coloniais ou semicoloniais¹, a alavanca deste impulso inicial colocou em articulação e subordinou outras formas de produção de acordo com a singularidade de cada um destes locais.

O monopólio do comércio e o protecionismo eram uma das formas pela qual se trocavam as mercadorias, sempre em favor da metrópole. A estabilidade mostrou-se abalada na medida em que a natureza do sistema não conseguia mais se sustentar do ponto de vista produtivo, necessitando entrar em outra etapa, a da reprodução; por um lado a crise se mostrou como uma crise de superprodução e de superacumulação nos países centrais na segunda metade do século XIX – traduzindo-se na queda da taxa de lucro – e por outro lado, uma crise nas colônias e semicolônias que não eram capazes de absorver através do consumo as mercadorias industrializadas – dada a natureza da economia colonial. Os lucros sobreacumulados do capital comercial, do capital industrial e do capital financeiro necessitavam de um escopo. Lenin (2012, p.94) analisando a virada do século XIX para o XX é quem melhor define a política dos países centrais em relação aos países “atrasados”:

Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas,

¹ A divisão conceitual entre “colônia” e “semicolônia” se dá pela “independência política”: “Quanto aos Estados ‘semicoloniais’, nos dão um exemplo de formas de transição que encontramos em todas as esferas da natureza da sociedade. O capital financeiro é uma força tão considerável (...) em todas relações econômicas internacionais que é capaz de subordinar, e de fato subordina, até mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa” (Lenin, 2011, p.115)

mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes, o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias-primas, baratas.

A descrição da política imperialista definida nestes termos é, pois, uma intervenção geográfica e econômica sistêmica do período, cuja tendência nesse momento em diante será investir capitais sobreacumulados nas colônias e semicolônias, com dominação territorial ou não, já que “*o capital financeiro não está interessado apenas nas fontes de matérias-primas já descobertas, mas também em fontes em potencial*”, inclusive com investimento em “*(...) novos métodos de elaboração e utilização de tais e tais matérias primas etc, etc.*” (Lenin, 2012., p.117), e através disso, assegurar que as colônias e semicolônias consumam e reproduzam parte da produção dos países centrais. Segundo Coggiola (2009, p.81) “*a expansão geográfica do capital e a exploração dos mercados externos, dando início ao imperialismo capitalista, foi a solução encontrada pela Europa em crise*”².

A expansão imperialista só foi possível no período através da combinação entre expansão geográfica, a criação de mercadorias e exploração/criação de necessidades. Segundo Harvey (2006, p.64):

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para acumulação.

Dado que até então a relação era de fornecimento de matérias primas e monoculturas e que a criação de mercados internos coloniais era boicotada em favor da

² “A base deste processo era a maturidade atingida pelo capitalismo metropolitano. Em finais do século XIX, o capitalismo se afirmou como modo de produção dominante, destruindo as formas pré-capitalistas em diversos países europeus, de modo desigual. O capital penetrou também em países com escasso desenvolvimento industrial, mas que conservavam sua soberania nacional [Rússia e América Latina], mas também em territórios – na Ásia e na África, principalmente – que se transformaram em colônias” (Coggiola, 2008, p.84-85)

produção metropolitana, ou restrita aos acordos internacionais com os países centrais, a necessidade de exportação de capitais pelas metrópoles não eram apenas uma forma de assegurar o domínio territorial – direto ou indireto –, mas uma demanda sistêmica da própria lógica reprodutiva no período. A expansão de capital, portanto, é ampla no sentido tanto da liberação do trabalhador da escravidão no mundo colonial quanto a urbanização europeia com a generalização da forma mercadoria.

Essa mudança de qualidade, da dominação do capital comercial ao capital monopolista e, portanto, imperialista, partiu da premissa objetiva da redução da taxa de lucro do capitalismo industrial, já convertido em capital financeiro. Exportando o capital sobreacumulado obtinha-se a vantagem de diversificar a produção, onde o valor do trabalho era mais baixo, onde não havia lutas sindicais que barganhassem os ganhos, a não ser em formas diferentes de luta de classe definidas por outras pautas – como a luta abolicionista no Brasil. Esse movimento introjetou novas demandas de realidades distintas através do mundo colonizado, visando alavancar os parâmetros produtivos ao mesmo tempo em que mantivesse o sentido das mesmas condições internacionais em que, por exemplo, no caso brasileiro, “(...) *a modificação [do regime de trabalho escravo ao assalariado] ocorrerá para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias (...) para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária*” (Martins, 2004, p.12).

Nesse sentido, simultaneamente a “liberalização” da economia colonial sob influência dos países centrais, a disputa pelas colônias pelos mesmos se acentua violentamente no período em outras áreas do planeta, como a colonização efetiva do continente africano e na encruzilhada de subordinações de países politicamente independentes para condições semicoloniais. O período da segunda metade do século XIX até a primeira grande guerra imperialista passa a ser um período de ajustes, onde os mercados internos das colônias deveriam ser estimulados a fim de seguir fornecendo matérias primas e monoculturas, realizar o capital acumulado europeu em infraestruturas e estruturas produtivas capitalistas e seguir trocando mercadorias produzidas no eixo metrópole-colônia. Essa relação estabelecia entre as metrópoles e as colônias e semicolônias, em sua natureza capitalista e mundializada, tomou a forma de trocas desiguais:

Quando a produção capitalista de mercadorias conquistou e unificou o mercado mundial, ela não criou um sistema uniforme de preços de produção, mas um sistema diferenciado de preços

de produção nacionais variáveis e preços unificados no mercado mundial. Isso permitiu que o capital dos países capitalistas mais desenvolvidos conseguisse superlucros, pois suas mercadorias podiam ser vendidas acima de seu ‘próprio’ preço nacional de produção e, no entanto, abaixo do ‘preço nacional de produção’ do país comprador (MANDEL, 1982, p.57)

A diversificação de investimentos de capital pelo mundo, não só não resolveu a crise criada durante anos quanto a intensificou, onde se acentuou a competição entre as nações pela partilha do mundo, da geografia total do planeta e, portanto, pela primeira vez, inserindo o espaço mundial como condição para a reprodução capitalista, período personificado pela primeira grande guerra imperialista, onde se redefiniu os papéis de importância dos países centrais, principalmente com a entrada dos EUA. Ao final do século XIX e início do XX, o panorama do capitalismo internacional podia ser expresso através do domínio territorial das principais potências econômicas:

Tabela 1 – Possessões coloniais das grandes potências (em milhões de KM² e em milhões de habitantes)

	Colônias				Metrópoles		Total	
	1876		1914		KM ²	Hab.	KM ²	Hab.
	KM ²	Hab.	KM ²	Hab.				
Inglaterra	22,5	251,9	33,5	393,5	0,3	46,5	33,8	440,0
Rússia	17,0	15,9	17,4	33,2	5,4	136,2	22,8	169,4
França	0,9	6,0	10,6	55,5	0,5	39,6	11,1	95,1
Alemanha	-	-	2,9	12,3	0,5	64,9	3,4	77,2
Estados Unidos	-	-	0,3	9,7	9,4	97,0	9,7	106,7
Japão	-	-	0,3	19,2	0,4	53,0	0,7	72,2
Total (potências)	40,4	273,8	65,0	523,4	16,5	437,2	81,5	960,6
Colônias de outras potências (Bélgica, Holanda e etc.)							9,9	45,3
Semicolônias (Pérsia, China, Turquia)							14,5	361,2
Outros países							28,0	289,9

Total na Terra	133,9	1657,0
----------------	-------	--------

Fonte: Lenin (2011, p.114)

O aumento das possessões coloniais no final do século XIX é um indício da necessidade sistêmica de expansão do capital incluindo não só a extração de produtos (agrícolas, metais e etc.), mas também para a inserção paulatina de produções propriamente capitalistas, subordinadas ao capitalismo metropolitano. Segundo Coggiola (2009, p.85),

Sobre a base do desenvolvimento do comércio mundial (cujo volume decuplicou entre 1848 e 1914) o movimento foi desigual e contraditório: nos países avançados a indústria avançou, sobretudo a pesada; os países se urbanizaram, a renda nacional progrediu, assim como a percentagem dos trabalhadores industriais. Nos outros países houve também ‘modernização’, mas em ritmo mais lento, aumentando a sua distância econômica em relação aos países adiantados (...) o violento movimento de recolonização do planeta permitiu ao capitalismo (europeu em primeiro lugar) sair da “grande depressão”

Do ponto de vista dos países coloniais ou semicoloniais, portanto, através da “lei” do “desenvolvimento desigual e combinado”³ está a forma como cada uma das periferias do capitalismo se submetia ao julgo colonial, direta ou indiretamente, a qual nos permite compreender a relação centro-periferia como uma totalidade. A expansão de capital no caso específico brasileiro, e a transformação de uma economia agrário-exportadora baseada no trabalho escravo para uma economia capitalista, de relações capitalistas, de produção industrial e a qual se subordinam outras formas produtivas, contém uma especificidade, o chamado “subdesenvolvimento”:

³ “Os países atrasados assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas. Mas isto não significa que sigam estas últimas servilmente, reproduzindo todas as etapas de seu passado (...) O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada induz, forçosamente, que se confundam nela, de um modo singular, as distintas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, visto em sua totalidade, um caráter difuso, complexo e combinado” (Trotsky, 2007, p.21-22)

O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em ‘trânsito’, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, tal postulação esquece que o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo (OLIVEIRA, 2011, p.32-33)

A expansão de capital metropolitano nas colônias e semicolônias, portanto, conteve a natureza de universalizar o capitalismo mundialmente através da justaposição da desenvolvimento e subdesenvolvimento, de acordo com as necessidades sistêmicas de recuperar taxas de lucro, reproduzir e realizar o capital, tais forem as formas necessárias. A interação da relação centro-periferia na divisão internacional do trabalho foi a base-limite onde as economias periféricas internamente se desenvolveram, dentro de suas especificidades, incluindo a definição de diferentes frações entre as classes dominantes e entre as classes trabalhadoras, no sentido de que as exportações de capital não só amorteceu as tensões de classe nos centros metropolitanos, como as recriou e recombinou dentro das colônias e semicolônias, redefinindo os papéis das classes nestes territórios.

1.2. A industrialização em São Paulo e a redefinição da economia nacional

Do período do Brasil colonial até o início da República, o papel específico da colônia era a produção agrícola, mais especificamente do açúcar. O período agrário-exportador foi marcado pela problemática da reposição de capital internamente ao processo produtivo em que o “(...) *o excedente do produto social, que era apropriado pelo capital financeiro inglês e norte-americano sob a forma de juros da dívida externa (...) impossibilitava a acumulação*” (Oliveira, 2008, p.162). A impossibilidade de acumulação herdada da antiga relação colônia-metrópole impôs um “ajuste” produtivo, necessitando abrir espaço para a industrialização e a reprodução capitalista.

Fundada inicialmente sob o trabalho escravo no período colonial, a acumulação foi durante um longo período estável do ponto de vista produtivo. A pilhagem sobre trabalhador negro e dos produtos do trabalho atendeu a demanda que era própria, ou seja, os lucros obtidos com tais empreendimentos agrícolas eram repartidos entre a manutenção do próprio sistema e a parte que cabia à circulação – ainda que dividida em diversas empresas de capital comercial (inglesas, holandesas, portuguesas e etc). As transformações decorrentes da

passagem da Coroa portuguesa ao Brasil e a subsequente independência vieram acompanhadas de uma certa liberalização econômica – exatamente o fim do pacto colonial formal – para outro tipo de relação, agora claramente subordinada economicamente à Inglaterra. Significou, portanto, que haveria um “ajuste”, já que como país independente – estamos no século XIX –, estava liberada a formação entre as elites locais da classe dominante nacional com interesses para sua própria manutenção, ainda que subordinada.

A cada ciclo econômico são redefinidas as formas de acumulação dada a impossibilidade de reposição de capital sob os novos limites da “composição orgânica do capital”, no nível de crise do desenvolvimento das forças produtivas, no sentido que Marx comprehende que “(...) *a acumulação de capital, que apareceu originalmente só como sua ampliação quantitativa, realiza-se (...) numa alteração qualitativa contínua de sua composição, com acréscimo permanente de seu componente constante à custa do variável*” (1996b, p.260). Internamente, a posse de pessoas e de todo o empreendimento foi gradativamente se tornando um custo alto para o proprietário e a crise de reprodução sistêmica encontrou a resolução, em primeiro momento, na abolição da escravidão⁴ e na importação de força de trabalho imigrante, pois “(...) *o trabalho escravo impunha dificuldades ao cálculo da rentabilidade do capital, ao mesmo tempo que o escravo representava uma immobilização de capital na pessoa do trabalhador*” (Martins, 2004, p. 109). Tanto a região nordeste⁵ (açucareiro, algodoeiro-têxtil e pecuário) quanto a nascente produção de café na região sudeste, da segunda metade do século XIX, esterilizaram-se em relação à capacidade que pudesse dar conta da reprodução desse mesmo sistema. Porém, o caso específico do café produzido na região sudeste continha, no período, menos concorrência externa que o açúcar e, por isso, uma estabilidade maior no comércio exterior, mas não menos crítica do ponto de vista sistêmico. Com a abolição da escravidão, o capital liberado da produção do café e que

⁴ A luta de classes no Brasil assumiu a forma entre senhores e trabalhadores negros. A luta pela libertação encontrou nas revoltas e fugas das fazendas sua forma e sua organização nos quilombos. Ao aproximar da abolição, a situação econômica e política aguda, mais a inserção do trabalho assalariado e, portanto, a simultaneidade de dois regimes de trabalho, houveram articulações entre trabalhadores escravizados, trabalhadores livres e pessoas liberais, tal qual foi a força do movimento abolicionista (MOURA, 1992, p.23; MATTOS, 2009, p.17-26)

⁵ Passamos resumidamente pela questão, porém, para Francisco de Oliveira (2004; p.156) apesar dos vários nordestes em que se a relação metrópole-colônia era uma só, “(...) *o nível das forças produtivas começaram a engendrar novas formas de capital no interior de cada uma das regiões (...) nos quais apareceram pela primeira vez contradições entre as diversas formas de produção e apropriação do valor*” expressas nas diversas revoltas.

era imobilizado no trabalhador escravizado passa a ser diversificado, onde o cafeicultor “(...) dedicavam-se a diversos negócios, além de suas fazendas: comércio, bancos, ferrovias, indústria, comércio imobiliário (...), acionistas das empresas” (Martins, 2004, p.111).

Ao largo da crise da produção agrária, já no Brasil república, a produção industrial passa a ocupar seu espaço. Embora a industrialização comece a aparecer a partir da metade do século XIX de forma rudimentar pelo interior do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo e em sua maioria articuladas à fiação de algodão (HARDMAN e LEONARDI, 1991, p.32-39), justamente por sua relação estrita com a produção agrícola, não é senão na passagem do século XIX para o XX que a indústria começa a ganhar contornos próprios, dada a criação de um mercado interno consumidor. Segundo Martins (2004, p.115),

desde 1900 o Estado brasileiro implantara o imposto sobre o consumo. Com isso, o Estado reconheceu que as taxas de importação não cobriam a totalidade do consumo da sociedade brasileira. (...) desde então, os rendimentos públicos passaram a depender progressivamente desse imposto e, portanto, da industrialização.

Portanto, os primeiros 30 anos do século XX foram os anos de “transição”, de instalação da indústria e interação entre os setores produtivos, mediado pelo Estado brasileiro. Segundo Prado Jr. (2008, p.260-261), entre 1890 e 1895 foram fundadas em torno de 425 fábricas em território nacional, em 1907 já seriam 3.258 estabelecimentos industriais e em 1920, 13.336. Este salto foi acompanhado de uma mudança no eixo da capital no Rio de Janeiro para a região da cidade de São Paulo. As razões para o autor, não só do aumento, como a mudança de localização geográfica do eixo, se justificam, além da distribuição de investimentos dos ganhos do café, pela quantidade de mão de obra migrante e pela instalação da primeira usina elétrica em São Paulo – de capital inglês, belga e francês, com sede no Canadá – em 1901, a chamada Light.

A Light no Brasil, operou sob o regime de concessões de serviços públicos, que era obtido junto as câmaras municipais. Essa empresa instaurou um processo de compras e aquisições de outras empresas menores que já produziam eletricidade e também de outros serviços urbanos (SEABRA, 2015, p.39)

Para além da energia elétrica ser um ramo de investimentos, ela contribuiu substancialmente para o incremento das forças produtivas, assim como os investimentos em bancos, infraestruturas de transporte, no maquinário e a mão de obra estrangeira. Se durante o período agrário-exportador a composição orgânica do capital era “presa” pela própria natureza do empreendimento – que não visava a reprodução ampliada, já que o lucro dependia do limite brutal e físico da escravidão para compensar os incrementos de ordem técnica –, já na produção que se industrializava era a dinâmica do trabalho assalariado (ou outras modalidades de contratação, como o regime de colonato nas fazendas, mas que de todo modo não é trabalho escravo) que passava a ser o centro de regulação econômica do ponto de vista da formação de capital interno e que, através e por isso, colocava a questão da reprodução do capital como parte do sistema produtivo. A exportação de capital imperialista – repartição da mais-valia –, apenas se faria justa se o capital fosse reproduzido. Para tanto, a mediação do Estado entre os investimentos estrangeiros e as concessões públicas para tais desenvolvimentos estabeleceram não apenas o negócio em si – da produção, distribuição e consumo da energia elétrica ou produção, circulação e consumo da circulação no caso das ferrovias, por exemplo –, mas também no sentido de ampliar a produção industrial, reconvertendo capitais de modo ampliado.

Como o capital produz anualmente uma mais-valia, da qual parte é adicionada anualmente ao capital original, como esse incremento mesmo cresce anualmente com o tamanho crescente do capital já em função e como, finalmente, sob o aguilhão particular do impulso ao enriquecimento, por exemplo a abertura de novos mercados, de novas esferas dos investimentos de capital em decorrência de necessidades sociais recém-desenvolvidas etc., a escala da acumulação é subitamente ampliável mediante mera repartição modificada da mais-valia ou do mais-produto em capital e renda (MARX, 1996b, p.246)

Portanto, o desenvolvimento em infraestruturas no Brasil – e em outros países coloniais e semicolonais – ampliou o intercâmbio com os países metropolitanos, mudando a forma pela qual se realiza a relação econômica. No período, segundo Lenin (2011, p.134),

cerca de 80% de todas as ferrovias estão concentradas nas mãos das cinco grandes potências mais importantes. Mas a

concentração da propriedade destas ferrovias, a concentração do capital financeiro, é ainda incomparavelmente maior, pois os milionários ingleses e franceses, por exemplo, são donos de uma enorme quantidade de ações e obrigações das ferrovias americanas, russas e de outros países

Tabela 2 – Extensão de ferrovias (em milhares de KM²)

	1890	1913	Aumento
Europa	224	346	122
Estados Unidos	268	411	143
Todas as colônias	82	210	128
Países semi-independentes da Ásia e da América	43	137	94
Total	617	1104	487

Fonte: Lenin (2011, p.133)

O investimento em ferrovias não apenas manteve os ganhos das empresas internacionais, mas amplificou o desenvolvimento industrial, já que as indústrias, no caso específico da região do Estado de São Paulo e da cidade de São Paulo, não por acaso, acompanham as vias férreas, pois “(...) *o fato de terem as estradas de ferro aproveitado os vales, onde os terrenos podiam ser obtidos a baixos preços por não serem apreciados como locais de residência, atraiu a instalação fabril. Cresceu, deste modo, a área urbanizada e as várzeas do Tamanduateí e do Tietê*” (Petrone, 1955, p.129). Ainda que a iniciativa inicial das ferrovias (São Paulo Railway, de capital inglês, e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, com recursos extraídos do café) tenha de início, na década de 1860, sido voltada para escoamento de produtos agrícolas, ela pode baixar o custo das mercadorias em toda sua extensão. O número de estabelecimentos industriais na cidade de São Paulo cresceu concomitantemente no período com os investimentos em energia elétrica e transportes.

Tabela 3 – Produção industrial em São Paulo (1907-1940)

	Número de Firms	Número de Operários
1907	326	24.186
1920	4.154	83.998
1940	14.225	272.865

Fonte: Dean (1971, p.99-127)

Para tanto, dentre outros “novos mercados”, conforme explicitado por Marx anteriormente, o mercado de força de trabalho. A somatória de negros livres e a maciça imigração, que já operava anteriormente à abolição da escravidão em 1888, contribuiu para a conversão de uma economia de comércio de produtos para uma economia de produção de mercadorias na medida em que a alta oferta de mão de obra desvalorizou os salários, permitindo uma maior divisão do trabalho – que se expressou, por exemplo, na multiplicação de pequenas empresas de fundição de metais (DEAN, 1971, p.106-107) –, ou seja, o baixo custo do capital variável permitiu que investimentos em capital constante e meios de produção se tornassem viáveis. Observando os dados industriais no período (1907-1920) observamos um crescimento menor dos classificados como operários em relação ao crescimento de estabelecimentos industriais. Ou seja, os dados apontam para o crescimento relativo de produção por operário. De 1900 a 1920 a população na cidade de São Paulo cresceu de 239.820 para 579.033 habitantes (MONBEIG, 1954, p.3-4) e destes dados todos podemos deduzir que além do trabalho industrial ter crescido em termos de produção por trabalhador, também o foi no sentido das ocupações em geral da massa trabalhadora.

Ainda que pese a primeira guerra imperialista no sentido da questão da “substituição de importações” para um certo favorecimento à industrialização interna – inclusive tanto capitais anglo-americanos, quanto alemães estavam já investidos em diversos ramos produtivos –, o crescimento se deu durante todo o período e não apenas após 1914, ou seja, as relações não escravas de trabalho que aparecem antes da abolição, mas são obrigatórias após, com um grande contingente migrante, contribuíram tanto no sentido da regulação do preço do salário, quanto das mercadorias e produtos em geral comercializados e também por potencializar um mercado interno consumidor. Constituídas as pré-condições para a reprodução, é durante a década de 30 e 40 que há outro salto de qualidade. A flutuação do mercado internacional do café implicou na primeira política pública de Estado na qual a proteção a este produto na verdade se converteu na transição definitiva da economia agrária-exportadora para a urbana-industrial, no sentido de que parte dos lucros do café passaram a fomentar o desenvolvimento industrial. A experiência com o açúcar mostrou que as “leis automáticas do mercado” poderiam “falhar”, logo “(...) *foi preciso o controle governamental para fazê-la crescer ou diminuir guardando certa distância das flutuações do mercado (...)*” e

então, através do confisco cambial, “(...) reorientar a alocação de recursos em outros setores da atividade econômica” (Oliveira, 2011, p.41).

A realocação de parte do excedente da produção de café, portanto, expressou politicamente a fração burguesa da classe dominante, demonstrando para as demais frações – comercial e latifundiária – um projeto mais acertado para a reprodução dos capitais⁶ e, portanto, da estabilidade da classe como um todo. Ganhada a disputa interclasse, não é por acaso que após a ascensão de Getúlio Vargas é desenhado o projeto de “integração nacional” e regulamentação formal do trabalho assalariado. A “periferia” do sistema para acumulação, no caso brasileiro, foi o próprio trabalho assalariado e também a subordinação outras relações de produção. O salário foi estabelecido nos anos 1930 segundo os itens para a reprodução do trabalhador rural, mais baixa, ao mesmo tempo em que aumentavam os contingentes de trabalhadores do na cidade vindos do campo. As diferenças regionais do preço da força de trabalho foram suprimidas formalmente e a somatória desses fatores foi a alavanca para a estabilização política da burguesia industrial e a chave da acumulação capitalista industrial, onde “(...) o preço da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: o custo de alimentação – determinado este pelo preço custo de reprodução da força de trabalho rural – e custo de bens e serviços propriamente urbanos” (Oliveira, 2011, p.46). A combinação, portanto, do crescimento populacional na cidade de São Paulo (imigrante e migrante) e do desenvolvimento das forças produtivas (energia elétrica, transportes e de maquinário) incrementaram o ritmo de acumulação e concentração de capital na região, dada a relação entre alta produtividade e baixo preço da força de trabalho decorrente da abundância de exército de reserva, podendo, portanto, ser reinserido na produção e por isso, reproduzir capitais internamente a fim de substituir a fragilidade momentânea economia dependente da exportação de produtos agrícolas como sustento da economia nacional.

Após a década de 1930 e principalmente nas décadas de 1940 e 1950, assistiu-se à intensificação do processo. Segundo Monbeig (1954, p.4) a população de 1920 a 1940 saltou de 579.033 para 1.326.019 e em 1950 para 2.228.110 habitantes. Embora o número de firmas industriais tenha aumentando no período, à razão de 4.000 para 14.000 aproximadamente, com o acompanhamento relativamente proporcional da categoria de operários, de 83.000 para

⁶ José de Souza Martins (2004, p.101) diz que, ainda que desde o final do século XIX tivessem indústrias relativamente consolidadas, somente em (...) 1928, ao definirem seus antagonismos com os comerciantes e fundarem o Centro das Indústrias, os industriais optaram por constituir-se em grupo de pressão sobre o governo para obter em seu favor uma política protecionista”.

272.000 (Dean, 1971, p.118), os números sobre a população total no período indicam um decréscimo relativo na participação na categoria operária. Sobre esse período, Oliveira (2011, p.56-58) observa que o crescimento no chamado “setor de serviços” é um desdobramento próprio da industrialização brasileira em São Paulo, que mais do que apenas mera ocupação do exército de reserva, seriam antes, o meio pelo qual a renda (dos produtos alimentícios) e os produtos industriais (tanto de consumo diário quanto bens duráveis) realizam e reproduzem capital – citando exemplos de ambulantes que vendem frutas, o comércio de lâminas da barbear e da multiplicação de oficinas de reparo de automóveis e motores, do trabalho informal ou regimes de trabalho não oficiais. Ainda segundo o mesmo autor (2011, p.66), a expulsão dos custos de produção da indústria, a fim de possibilitar a acumulação necessária para a reprodução de capitais, percorre o caminho desde os momentos da crise do escravismo colonial, em que

A industrialização significará, desde então, a tentativa de “expulsar” o custo de reprodução do escravo do custo de produção. Em outras palavras, ao contrário do modelo “clássico”, que necessitava absorver sua periferia das relações de produção, o esquema num país como o Brasil necessitava criar sua “periferia”

A divisão do trabalho na cidade de São Paulo, portanto – partindo da ideia básica de trabalho operário industrial e trabalho nos setores de serviço, por exemplo – se complexificou em sua própria medida a fim de garantir a acumulação capitalista e a sustentação de sua reprodução, tantas formas fossem necessárias para tal.

2 DIVISÃO DO TRABALHO NA CIDADE DE SÃO PAULO NO PÓS-ABOLIÇÃO

O conceito de “divisão do trabalho” pode ser utilizado como ponto de partida para a análise de determinada sociedade e em determinado contexto histórico. A forma pela qual tal sociedade se produz e se reproduz implica em divisões de tarefas e a partir da desconstrução da forma a qual se apresenta é possível entender qual o lugar das partes na reprodução social como totalidade. Propomos aqui elaborar a partir do conceito um método que possa ser utilizado para compreender melhor a realidade; se o sentido genérico do conceito pode ser utilizado em diversas escalas – como divisão internacional do trabalho, divisão regional do trabalho, divisão do trabalho internamente à uma fábrica, por exemplo –, propomos aqui desenvolver o conceito e a partir de suas premissas, identificar a divisão do trabalho entre o proletariado na cidade por cor, e então compreender a dinâmica da transição da economia agrário-exportadora para a consolidação do capitalismo através da economia urbano-industrial, cuja expressão na constituição da cidade de São Paulo pode ser expressa duplamente pelas formas de racismo e mobilidade na questão da moradia durante o período em estudo.

2.1. Diferentes escalas da divisão do trabalho

Na cidade de São Paulo, na primeira metade do século XX, observamos a ampliação da divisão do trabalho pelas necessidades de acumulação do sistema: por um lado, o crescimento da industrialização e, por outro, do crescimento do setor de serviços formais e informais tanto em produção quanto em relação ao crescente contingente migrante de mão de obra; a diferenciação dos setores, industrial ou serviços, expressa a divisão do trabalho na cidade, cada um com um papel dentro do processo de acumulação para o estágio de reprodução de capitais.

De modo geral, o conceito de divisão do trabalho é apresentado por Marx (e Engels) em *A ideologia Alemã* (1991, p.28-29) do seguinte modo:

O quanto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado de forma mais clara pelo grau de desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho. Na medida em que não se trata de simples extensão quantitativa de forças produtivas já conhecidas (arroteamento de terras, por exemplo)

cada nova força produtiva tem como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho

Apesar da generalidade do excerto, Marx constata que através da identificação formal da organização da produção de determinada sociedade em determinado período é possível deduzir o grau de desenvolvimento das forças produtivas em determinados lugares. Mais a frente, Marx continua (1991, p.29)

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola de outro e, com isso, a separação da cidade e do campo e a oposição entre seus interesses. Seu desenvolvimento ulterior leva à separação entre trabalho comercial e trabalho industrial. Ao mesmo tempo, através da divisão do trabalho dentro destes diferentes ramos, desenvolvem-se diferentes subdivisões entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. A posição de tais subdivisões particulares umas em relação a outras é condicionada pelo modo pelo qual exerce o trabalho agrícola, indústria, comercial (...). Estas mesmas condições mostram-se ao se desenvolver o intercâmbio entre as diferentes nações.

Embora a divisão do trabalho surja a partir de uma simples divisão de tarefas entre indivíduos, Marx desenvolve a ideia de que o intercâmbio – a troca entre diferentes produtos, de diferentes produções e de localidades diferentes – integra grupos de indivíduos, culturas e entrelaçam a produção de origem em espaços diferentes. Marx (1996b, p.113-115) em O Capital, situou a divisão do trabalho no mundo capitalista

O que é válido para a divisão manufatureira do trabalho no interior da oficina vale para a divisão do trabalho no interior da sociedade (...) A indústria moderna nunca encara nem trata a forma existente de um processo de produção como definitiva. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, enquanto a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. Por meio da maquinaria, de processos químicos e

outros métodos, ela revoluciona de forma contínua, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de produção. Com isso, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade

Para Marx, então, o que está na gênese da divisão do trabalho na sociedade capitalista, é o próprio movimento acumulação e reprodução de capital, considerando principalmente a indústria moderna, mas também as múltiplas possibilidades de organização social da produção para tais fins. Se a análise de Marx em *A Ideologia Alemã* se prestava à passagem da Europa feudal para a capitalista, em *O Capital* a análise já pode ser aplicada como método à divisão internacional do trabalho do século XIX e também à análise de outras localidades do mundo que já se encontram em intercâmbio e que por isso, ressaltam-se suas especificidades locais. Dentro do capitalismo como totalidade, Marx (1996b, p.82) enfatiza no período que

A constante “transformação em excedentes” dos trabalhadores dos países da grande indústria promove de maneira artificialmente rápida a emigração e a colonização de países estrangeiros, que se transformam em áreas de plantações das matérias-primas do país de origem, como, por exemplo, a Austrália tornou-se um local de produção de lã. Cria-se nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola para o outro campo preferencialmente industrial.

Dadas as afirmações marxianas, concluímos que é no capitalismo que as forças produtivas são desenvolvidas segundo o princípio e finalidade da própria reprodução, que é só possível de forma ampliada. A desenvolvimento da “maquinaria” e as necessidades atreladas a tal desenvolvimento, como a implantação de produções e extrações de matérias primas externas à Europa, bem como a subordinação de outras formas produtivas locais, portanto, fomentam a divisão do trabalho, se desenvolvendo segundo as “facilidades” para acumulação. No contexto do papel do “terceiro mundo”, na totalidade capitalista, Milton Santos (2008, p. 60-61) analisa que:

Durante as primeiras fases da colonização, o impacto da divisão internacional do trabalho sobre a organização do espaço é facilmente distinguível: a demanda proveniente do centro do sistema, assim como sua resposta na periferia, era direta e imediatamente marcadas na sociedade, na economia e no espaço. O novo, isto é, o impacto das modernizações importadas, trazidas de fora ou agindo à distância, era por si só capaz de provocar um contraste chocante (...) É através da incidência num país da divisão internacional do trabalho e da consequente divisão interna do trabalho que as especificidades começaram a repontar: a formação socioeconômica correspondente atribui um valor determinado a cada forma e a todas formas, através da redistribuições de funções

A seu modo Santos comprehende que a relação de intercâmbio entre espaços diferentes, dos países centrais com as colônias e semicolônias, é uma interação e que o modo de produção capitalista subordina outras produções. Embora a divisão do trabalho seja incapaz de incidir sobre, pois ela expressa os ajustes produtivos como tendência inerente do processo de reprodução, não sendo sujeito, mas fenômeno do processo, a “redistribuição de funções” pode ser entendida como dados objetivos da realidade que podem ser lidos à luz de processos gerais. Sob o aspecto em que a divisão do trabalho é fenômeno, podemos clivar as especificidades dentro da totalidade, por exemplo, da “região” como desdobramento do processo geral, com suas especificidades:

São realidades objetivas complexas (totalidades sintéticas contraditórias), produtos de processos de diferenciação do desenvolvimento dos diversos ramos do modo de produção capitalista em sua dimensão espacial; produtos da repercussões desses desenvolvimento na estrutura social em que há uma especificidade da dominação política que “legitima” formas de acumulação do capital face às classes dominadas e face às dimensões nacional e internacional de dominação do capital (Goldestein e Seabra, 1982, p.25)

No caso brasileiro, a emergência da economia urbano-industrial se realizou em contradição com formas de organização da produção agrário-exportado do período anterior, cujas bases estavam determinadas e assentadas através trabalho escravo, e por isso, imobilizadas diante das novas determinações econômicas. A emergência da industrialização após o período da abolição, com o seu alto ritmo de crescimento, subordinou o campo (das roças familiares às grandes monoculturas), unificando-as. Para Oliveira (2008, p.146), a subordinação das demais regiões à região de São Paulo, que começou com a alta da produção do café, se intensifica e se consolida com a industrialização à medida que as relações capitalistas se generalizam. Para ele, há uma tendência à subordinação de outros arranjos produtivos às relações capitalistas já que “(...) *a face interna do imperialismo é essa incoercível tendência à homogeneização do espaço econômico, enquanto sua face externa na maioria das vezes não apenas aproveita as diferenças regionais, como as cria para seu próprio proveito*”.

Ou seja, a homogeneização das relações capitalistas não quer dizer que a forma de organização da acumulação é idêntica nas diversas regiões, demonstrando que essas relações operam de modo desigual e combinado; a submissão das regiões à acumulação urbano-industrial ressaltou a diferença entre elas e ao mesmo tempo, as colocou em interação; para além do espaço significar apenas a “região” onde se “localiza” o novo eixo central da determinação social, podemos entender então, que há uma nova relação em cada região em que “(...) *seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição*” (Oliveira, 2008, p.148), ou seja, o conceito de “região” abarcaria a especificidade a reprodução do capital dada as suas singularidades locais.

Nesse meio de caminho, há portanto, uma diferença qualitativa forte onde em primeiro momento, como colônia, o trabalho escravo deveria compensar todos os custos de produção, incluindo desde os meios de produção, o espaço produzido para a circulação, escoamento e também para funções ideológicas de poder, relação essa que irá mudar somente em com a abolição da escravidão, que é o momento em que o custo da manutenção da posse do corpo é expulso dos custos de produção e que os meios de produção passam a terem de ser efetivamente produtivos pois o trabalho não é mais subordinado pela violência da escravidão, ainda que a relação agroexportadora tenha se mantido; com a “liberação” do trabalhador

(negros livros mais imigrantes), o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo “obrigou” a semicolonialidade brasileira a “queimar etapas” e inserir parte do capital acumulado internamente produtivamente presumindo um giro rápido da produção para a reprodução.

Conforme Marx, na afirmação de que a análise da oficina vale para a sociedade, portanto, da análise da divisão do trabalho como ferramenta para compreender a realidade social, podemos então, desdobrar o método do aporte à partir das escalas da divisão do trabalho dentro da totalidade – como a oficina, a região, a repartição do mundo pelas potências imperialistas na virada do século XIX/XX, e por isso também, a divisão do trabalho internamente ao proletariado e também a divisão espacial da cidade. De modo geral, a cidade “(...) já é o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades [em que] é a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, à uma atividade que lhe é imposta”, ou seja, o desenvolvimento das cidades “(...) pode ser concebida como a separação entre capital e propriedade da terra, como o começo de um capital independente da propriedade da terra” (Engels e Marx, 1991, p.78-79). Portanto, uma vez que a cidade contém a diversidade de funções que lhes são próprias, como a concentração de pessoas, a administração política e financeira, e com isso, os diversos ramos da economia e da produção social representados, podemos analisar suas especificidades internamente, a partir de pressupostos do próprio contexto mundial e local, sobrepostos, desiguais e combinados.

2.2. Divisão do trabalho interna à cidade de São Paulo: proletariado racializado?

As relações escravistas engendradas na sociedade brasileira encontraram ecos dentro das relações de trabalho livre. Como a imigração intensa visava justamente preencher os trabalhos com trabalho assalariado, o período anterior a abolição mesclou as duas formas de trabalho. Essa divisão do trabalho (entre livres e escravos) encontrou o seguinte arranjo após a abolição: a racialização dentro da classe trabalhadora livre em relação aos postos de trabalho livre em que o proletariado racializado é a classe trabalhadora livre em sua totalidade dividida segundo critérios raciais constituídas pelo passado do escravismo colonial no presente.

nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego e na escola – e trancadas as oportunidades que lhe

permitiriam melhorar suas condições de vida, sua moradia inclusive. Alegações de que esta estratificação é “não racial” ou “puramente social e econômica” são chavões que se repetem e rationalizações basicamente racistas: pois o fator racial determina a posição social e econômica na sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2016, p.101)

A imobilidade social e a exploração do trabalho definida pela mesma imobilidade foi a condição pela qual parte da acumulação capitalista pôde se efetivar no pós-abolição. A exclusão política da população negra através de práticas racistas não se confunde com sua exclusão econômica; ressalta-se, no caso, a marginalização pela acumulação de capital através da violência contra essa parcela da população através dos mecanismos específicos e combinados de imobilidade social e exploração do trabalho. Marx (2016; 190) define que no regime capitalista não há trabalhadores “fora de si”, mas “em si”, ou seja, “(...) *as condições econômicas, inicialmente, transformam a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe*”. Dentro da situação descrita sob o regime capitalista, no pós-abolição a imobilidade social e a exclusão política são a forma pela qual é garantida a acumulação no Brasil no período, portanto, com uma especificidade dentro do “em si” da classe trabalhadora em geral, cuja clivagem racial é expressa através da violência institucional, ideológica, simbólica e material e que também, pode ser identificada, a partir das condições de moradia.

Os dados de 1890 a 1940 referentes à cor de pele na população da cidade de São Paulo indicam um alto crescimento da população branca em relação a um crescimento relativamente também alto, porém relativamente menor da população negra. A explicação se dá pelo argumento: o contingente imigrante no período somada a melhores condições da vida contra a marginalização da população negra referente às condições das mesmas necessidades básicas – como trabalho, estudo, saúde e moradia. A tabela 4 a seguir foi montada segundo dados rastreados das pesquisas de Florestan Fernandes (2008, 2011) e Florestan Fernandes e Roger Bastide (2008) com dados populacionais supracitados de Monbeig (1954):

Tabela 4 – Dados aproximados de negros e brancos na composição populacional no Município de São Paulo (1890-1940)

Anos	Brancos	Negros
1890	52.204	11.730
1900-1910	213.440	26.380
1920	526.921	52.112
1940	1.203.111	109.076

Fonte: Bastide e Fernandes (2008), Fernandes (2008, 2011) e Monbeig (1954)

Optamos por somar a população negra, então subdividida nas pesquisas através de outras cores de pele não-brancas por entender segundo Nascimento (2016, p.90) a necessidade de sermos

cautelosos com a significação de tais algarismos estatísticos [em que] eles mostram um retrato fortemente distorcido da realidade, já que conhecemos as pressões sociais a que estão submetidos os negros no Brasil, coação capaz de produzir a subcultura que os leva a identificação com o branco. Temos, então, os mulatos claros se descrevendo a si-mesmos como brancos; os negros se identificando como mulatos, pardos ou mestiços ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante.

Ainda segundo o autor, “(...) o objetivo não expresso dessa ideologia [que segmenta e tipifica a população negra e não-branca] é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhes os meios de identificação racial” (Nascimento, 1978, p.79), ou seja, as pesquisas censitárias no Brasil, ora segmentam, ora omitem os dados da população negra pela razão decorrente da chamada ideologia da “democracia racial” em que “(...) estabeleceu-se uma ponte ideológica entre a miscigenação (que é um dado biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico) tentando-se, com isso, identificar como semelhantes dois processos inteiramente independentes (...)” (Moura, 1988, p.61), cujo desdobramento é a falsa sensação de todos são iguais, por serem “brasileiros”. Ainda sobre o tema, Ianni (2004, p.111-112) sublinha que para a ideologia da classe dominante branca “(...) é conveniente que o negro e o mulato não saibam quantos são, onde se acham, como vivem e

de que forma participam da renda, da cultura e das decisões” em que “os vaivéns das estatísticas relativas à cor das pessoas denotam as flutuações e ambiguidades do branco em face do negro”. Ainda que, por tudo isso, os dados sobre a população negra não sejam tão aproximados, por que não subestimados e quando propositalmente esquecidos, podemos dentro da totalidade de trabalhadores no período, de acordo com as ocupações, entender a divisão do trabalho internamente à classe trabalhadora de acordo com a cor de pele.

A disputa pelos postos de trabalho diante do aumento populacional geral – do exército de reserva – emergem com o desenvolvimento industrial de 1900 a 1950 e, internamente à classe trabalhadora, a cor de pele foi uma barreira que definiu a divisão do trabalho no seu interior através dos desdobramentos do desenvolvimento econômico. Embora não haja dados referentes a ocupação da população trabalhadora negra livre no período, podemos inferir pela negativa, ou seja, pelos comentários acerca das ocupações dos imigrantes europeus; ainda segundo FERNANDES (2008, p.42), o censo municipal de 1893 apontou que a presença de 82,5% de estrangeiros no setor fabril, mantendo-se a alta participação de estrangeiros para o setor de serviços em geral, invertendo-se somente na questão do trabalho rural na cidade. Ou seja, o trabalhador negro recém liberto foi colocado à margem na disputa pelos mesmos postos de trabalho com brancos nascidos no país – que não perderiam seus postos de trabalho que já assegurados – e também com os imigrantes cujo papel era justamente ocupar os postos de trabalho livre, incluindo diversas ocupações que eram exercidas pelo negro no regime de escravidão de forma que este “*de maneira quase automática, foi confinado à periferia do sistema de produção, às ocupações indesejáveis, mal retribuídas e socialmente degradadas*“ (Fernandes, 2011, p.110-111).

A situação da população negra trabalhadora só começaria a mudar a partir de 1935, ainda que mais pela força do próprio crescimento industrial, mas também por força dos movimentos negros que aparecem no período – como a Frente Negra Brasileira entre outras associações políticas e culturais e também pela imprensa negra como o Clarim da Alvorada, Voz Negra, por exemplo, embora caçados na Era Vargas –, entrando, portanto, organizadamente na barganha capital-trabalho. Lembremos que o setor de serviços cresce nesse período igualmente como desdobramento da indústria, logo, a concorrência do negro no mercado de trabalho se dá, sobretudo, onde as remunerações são mais baixas dado que os postos de trabalho da indústria e do setor de serviços são destinados a priori, a população branca. Ainda segundo Fernandes (2011, p.115-116):

Um levantamento que fizemos em 1951 revela que o negro está encontrando, em nossos dias, o ponto de partida que poderia desfrutar no período da desagregação do regime servil, se não esbarrasse na competição do imigrante. Na amostra estudada, escolhida ao acaso entre homens e mulheres, descobrimos que 29% dos negros e mulatos distribuíam-se por ocupações artesanais; e 21% empregavam-se em serviços domésticos (...) 9% na indústria, boa parte como encarregados de serviços brutos ou semiqualificados, 8% em serviços de escritórios (...) 7% no comércio, e apenas alguns como balonistas ou chefes de seção, 4%

Segundo Oliveira (2016, p.44),

As atividades que homens e mulheres negros exerceram e ocuparam, no começo do século XX, limita-se às seguintes funções: para os homens, os serviços de extrema força física, de maior expressão corporal, sem qualificação, as atividades informais, as tarefas de entregador, carregador, pintor, auxiliar de pedreiro, serviços de limpeza urbana e da cidade; e das mulheres, os serviços de doméstica, cozinheira, pajem, costureira e as atividades na indústria

A realidade, portanto, é que desde o período da abolição até a década de 1950, a população negra trabalhadora na cidade de São Paulo foi realocada para as tarefas pior remuneradas, vivendo nas franjas do sistema produtivo principal (a indústria) e do seu desdobramento no setor de serviços. Porém, cabe ressaltar no caso de São Paulo a relação que há entre o trabalho não pago na reprodução cotidiana, cujo efeito foi camuflar o salário real na ponta do sistema – e o repasse de determinados custos de produção individualizados internamente no salário do trabalhador. Segundo Oliveira (2011, p.66), no período pós-30 “*o salário mínimo será a obrigação máxima da empresa*”, ou seja, podemos imaginar que toda e qualquer repartição de valor seria feita a partir desta premissa, incluindo aqueles que não tem acesso a regulação e que, portanto, teriam sua taxa de exploração maior, que no caso, foram os trabalhadores negros, alijados do mercado de trabalho formal. Ainda segundo o autor (2011, p.55-56), “*a aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige*

das cidades brasileiras – sedes por excelência do novo ciclo de expansão -, infraestruturas e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas” e que por isso, os trabalhos realizados fora da fábrica são uma emergência da própria aceleração e, ao mesmo tempo, com um padrão não-capitalista, de baixa remuneração e que para se realizar desse modo, “(...) transferem, permanentemente, para as atividades de corte capitalista, uma fração de seu valor”. Isso se deu porque o ciclo da produção de mercadorias só termina no consumo e no caso de São Paulo, boa parte da mediação para a realização do produto durante o processo de circulação até a ponta do consumo, se deu ao mesmo tempo em que se desenvolvia as estruturas para a realização do próprio consumo, escorado nos “trabalhadores autônomos” e do setor de serviços, todos com baixas remunerações, repondo o capital ao início do processo.

Tabela 5 – Distribuição parcial segundo ocupações por cor de pele em 1940

Posição na ocupação	Brancos	Negros
Empregador	15.261	123
Empregado	323.997	10.997
Autônomo	74.448	3.646
Membro de família	4.644	136
Posição ignorada	4.393	681
Total na pesquisa por cor	422.743	15.583

Fonte: Fernandes (2011, p.116)

Desse modo, o trabalhador negro deslocado para trabalhos de remunerações mais baixas, foi sendo deslocado espacialmente pela cidade, visto que durante o processo de industrialização acompanhada da urbanização, o espaço da cidade passa a ser produzido para corresponder a esse mesmo processo acelerado, de 1900 a 1940 e principalmente a partir dos anos 1950. A divisão do trabalho na cidade de São Paulo expressou também uma divisão espacial racializada do ponto de vista tanto das ocupações quanto dos lugares.

3 DA SEGREGAÇÃO RACIAL À PRODUÇÃO DO ESPAÇO DAS PERIFERIAS

3.1 A cidade na periferia do capitalismo

A cidade pode ser definida genericamente como lugar de concentração populacional e de poder político, administrativo e econômico. Diferente da cidade europeia ocidental cuja concentração tem uma ligação com corporações de artesãos medievais, cujo desenvolvimento se deu pela concentração de “*mercados, fontes de capitais disponíveis, locais onde esses capitais são gerados (bancos), residências de dirigentes econômicos e políticos, reservas de mão-de-obra (...)* concentração de meios de produção num pequeno espaço: ferramentas, matérias-primas” (Lefebvre, 2008, p.14), a cidade na periferia do capitalismo, “subdesenvolvida” e “terceiro-mundista”, através do desenvolvimento desigual e combinado, pode conter estas funções e outras decorrentes das suas especificidades históricas constitutivas, mas não na mesma ordem, sobrepondo momentos diferentes ligados às necessidades de acumulação.

No caso das cidades das colônias e semicolônias, se por um lado contém essa generalidade, contém especificidades decorrentes dos anos de colonização ou da subordinação econômica, mesmo sendo países independentes politicamente. A penetração das relações capitalistas, seja de relações capitalistas em si ou da subordinação de outras formas de organização social às relações capitalistas, ao mesmo tempo que homogeneizaram a cidade pela generalização da forma mercadoria, puderam ressaltar justamente as diferenças. Segundo Santos (1965, p.16-17), nas cidades dos países periféricos:

A autonomia política não suprime a sujeição econômica e, às vezes, por ela é comprometida. As tarefas de organização do espaço regional competem, incialmente, a esses Estados, todos padecendo de uma economia colonial (...) quando as culturas amadurecem, outros países interessados na compra dos produtos fazem construir estradas de ferro por sua conta, mas mediante contratos leoninos. São as chamadas estradas de ferro “coloniais” ou de “penetração”, porque ligam apenas as zonas de produção a um porto de escoamento, sem a preocupação de criar uma rede. Essa organização do espaço beneficia, sem

dúvida, a cidade, mas fortalece o fato colonial e dificulta o desenvolvimento

A instalação de vias de transporte, por exemplo, fortaleceu a concentração em torno de certas localidades, ao mesmo tempo em que a concentração do poder e dos negócios fortaleceram a necessidade das mesmas vias, potencializando a função de determinados lugares. No período colonial como a principal atividade era a exportação de produtos agrários ou matérias primas, a concentração urbana se deu pela confluência do capital comercial – onde outras atividades eram improdutivas do ponto de vista do sistema agrário-exportador, já que o boicote ao desenvolvimento interno econômico era regra metropolitana. Continua Santos (1965, p.44):

O elemento político-administrativo, por si só, torna-se capaz de provocar a realização dos demais critérios [de funções urbanas], pois a população cresce sem proporção com o crescimento demográfico nacional, o comércio geralmente realiza-se por seu intermédio; população e comércio são geratrices de indústrias (...) De fato, o que acontece é a presença de metrópoles regionais, correspondendo à presença de uma economia regional e uma armadura administrativa suficientes para sustentá-las

A “armadura administrativa” pode ser entendida também como a concentração de estruturas políticas cujo papel era justamente viabilizar a função determinada à tais cidades. Mais a frente Santos (1965, p.47) completa que

As capitais da América Latina, bem como suas metrópoles regionais, salvo raras exceções datam da era colonial. Sua força advém, exatamente, da concentração do comércio nesses pontos em que se localizara a administração da metrópole, portos de saída dos produtos de exportação, recolhidos no interior do país, e portas de entrada das mercadorias, cujo comércio era praticamente exclusivo da nação colonizadora

Decorre, portanto, que mesmo após as sucessivas independências políticas, os antigos países colonizados, inseridos dentro da totalidade do capitalismo global e com determinadas funções dentro da divisão internacional do trabalho, contém cidades cujo desenvolvimento é, ao mesmo tempo, local e articulado ao mundial, em que

ao ser adotada a ideologia do crescimento pela maioria dos países do terceiro mundo, o Estado prepara o caminho para que os “modernizadores” possam instalar-se e operar [onde] a estrutura dos gastos públicos transforma-se, orientando-se de preferência para a construção de infraestruturas, transportes ou bens públicos, os quais servem mais, melhor e mais barato às empresas modernas que à população” (SANTOS, 2008, p.46)

No caso brasileiro, embora a centralidade política estivesse no Rio de Janeiro, a economia agrário-exportadora inicialmente concentrava-se principalmente no Nordeste, passando à região sudeste a medida em que o café ganhou participação efetiva na economia durante o século XIX. Internamente à própria região sudeste, esse fato que inicialmente fortaleceu a concentração de poder na capital do Rio de Janeiro, foi levando a concentração de poder a São Paulo já que os negócios referentes ao produto passaram a ser feitos na cidade. A concentração de capitais, meios de produção, mão-de-obra e infraestruturas, mesmo que sendo constituídas concomitante ao processo, facilitaram o desenvolvimento industrial na cidade.

A estrutura de poder sofre importantes mutações; depois de um breve período de transição, quando as necessidades da acumulação tornaram imperiosa a convivência do capital industrial com a oligarquia do café, tem início um período em que a hegemonia do capital industrial e seu controle sobre o aparato produtivo, as relações de produção e o próprio Estado são claramente reconhecíveis. A “região” do café passa a ser a “região” da indústria: São Paulo é o seu centro, Rio de Janeiro é seu subcentro, Minas Gerais e Paraná são seus limites (OLIVEIRA, 2008, p.162)

No caso de São Paulo, observa Monbeig (1954, p.15-16), “(...) *entre 1870-1880 (...) a instauração das instituições republicanas serviu a causa de São Paulo, dando aos Estados mais liberdade que o império dava à província*”, em que embora fosse “somente uma etapa” da passagem dos produtos, “(...) *a antiga cidade transformava-se num bairro de negócios*”. A partir de 1900 e sobretudo a partir de 1930, a centralidade industrial na região sudeste – Rio de Janeiro e São Paulo – “(...) *já concentravam quase 60% da produção industrial brasileira, sendo nítido o dinamismo de São Paulo e a relativa estagnação do Rio de Janeiro*” (Goldestein e Seabra, 1982, p.30)

Tabela 6 – Concentração da produção industrial brasileira (participação em %)

Estado	1907	1919	1939
São Paulo	15,90	31,50	45,40
Guanabara - Rio de Janeiro	38,80	28,20	22,00

Fonte: Goldestein e Seabra (1982, p.30)

A cidade de São Paulo passou assumir, então, além da função de circulação de produtos para exportação e distribuição de produtos importados – incluindo aqui a mão-de-obra escrava – para a função de concentração de produção industrial. Ainda que o desenvolvimento industrial e da estrutura para tal se realizasse ao mesmo tempo, é justamente esse fenômeno que se trata do processo de urbanização na periferia do capitalismo, da cidade como mediação da base concreta com a generalidade do processo.

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados e etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Entretanto, as transformações da cidade não são resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatice, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõe a sociedade (LEFEBVRE, 2008, p.51-52)

Essa especificidade da cidade observada por Lefebvre contribui como método para o estudo especificidades locais de cada cidade. No caso de São Paulo, não se torna estranha a

sobreposição de relações não-capitalistas relacionadas à franja do desenvolvimento industrial no início do século XX. Da pequena cidade no século XIX até a década de 1940, a indústria se consolidaria, haveria um grande contingentes de imigrantes e migrantes internos e de políticas privadas e públicas de habitação, que unificaria dividindo os bairros isolados e o centro, intensificando um desenho de divisão do trabalho que é racializada, mas agora também espacializada, a chamada periferia, simultaneamente com as grandes obras de infraestrutura que buscaram de uma só vez inserir o exército de reserva como trabalhadores de tempo parcial, informal e precário para dar vazão a própria reprodução ampliada do capital em geral.

3.2 A periferia na cidade do capitalismo: crescimento da cidade e deslocamento residencial

Ao entrar na década de 1950, São Paulo estava com 2.228.110 habitantes, aproximadamente o dobro de 1940. Entre as duas décadas “(...) *nasceram mais de metade de todas as indústrias mecânicas, um terço das metalúrgicas e um quarto dos estabelecimentos à destinados à produção de material elétrico e de comunicação, em relação ao parque existente em 1958*” (Arruda, 2001, p.53). Este crescimento em termos de capital também significou a produção maciça de diversos utensílios cotidianos, ou seja, em 50 anos a industrialização experimentou o salto necessário a ser a economia central no Brasil.

A acumulação urbano-industrial já determinava em todo o território nacional o ritmo de preços e assim, subordinava as demais regiões, onde a “(...) *a produção de mercadorias de realização interna impunha seu equivalente geral a todo conjunto da economia*” (Oliveira, 2008, p.198). As relações capitalistas unificaram o território nacional e com isso, a mediação entre as necessidades e desejos passou a ser a forma mercadória. O urbano pré-industrial – da cidade como concentração do poder, do local de passagem dos produtos para exportação e importação – foi liberado para se constituir como urbanização moderna em que se ressalta a “*socialização da sociedade e a segregação generalizada*” (Lefebvre, 2008, p.116), ou seja, o momento em que o próprio desenvolvimento das relações capitalistas leva a intensificação da divisão do trabalho, a generalização da forma mercadória e do consumo e da divisão da cidade por áreas – o urbano se torna a socialização da produção mediada pelo consumo.

A medida em que as relações capitalistas passaram a predominar e a população foi se urbanizando – também com o urbano penetrando na vida rural –, principalmente a partir da década de 1950, houve a intensificação da exploração do trabalho já que o salário se defasava em relação aos custos de reprodução desta mesma população; a intervenção de Estado nas funções da cidade corroboraram neste mesmo sentido de ser a mediação do “livre mercado” em que “(...) *o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. Pode operar, exatamente nesse sentido, na mudança da forma da mais-valia que deve ser reposta para a continuidade do ciclo*” (Oliveira, 2008, p.140).

Explica-se, pois, o fenômeno da própria acumulação urbano-industrial, uma vez que inúmeros trabalhos são custos de produção expulsos da fábrica, repassados à remuneração do trabalhador, formal ou informal, conforme o exemplo dado por Oliveira (2011, p.59):

Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadores foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, super-trabalho (...) ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho

Decorre deste exemplo que uma das especificidades das cidades no “mundo subdesenvolvido” foi justamente a relação entre a aceleração da industrialização, cujo sentido foi acumular capital para reinvestir na reprodução sendo para isso necessário aumentar as taxas de exploração não só na fábrica, mas também de modo indireto através do mutirão, a roça e outras atividades, a princípio ligadas a subsistência⁷. Esse movimento para viabilizar a

⁷ Erminia Maricato (1982, p.74) explica a relação da autoconstrução, da economia de subsistência em meio aos trabalhadores urbanos: “Se ela [a massa de trabalhadores] mantém algumas práticas de subsistência, construindo as casas, abrindo poços para se abastecer de água, abrindo fossas de esgoto, é porque não lhe resta outra alternativa, já que ela não tem condições de comprar esses produtos ou pagar por esses serviços, seja pelo baixo poder aquisitivo dos salários, seja porque as políticas oficiais estatais tratam a infra-estrutura e equipamento

acumulação para a reprodução do sistema é também, de uma só vez, o próprio processo de urbanização moderna, em que a cidade passou a ser liberada da economia agrário-exportadora. Os investimentos de capital e a inserção de relações capitalistas mudou a forma do espaço urbano da cidade em 40 anos:

A primeira estendeu-se do final do século XIX até os anos 1940 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e que estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais e com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias (Caldeira, 2000, p.211)

As primeiras intervenções urbanas na área central datam de 1899 a 1914, com o alargamento de ruas, demolição de mercados, cortiços e pensões, a construção da Praça da Sé, mas ainda vinculadas ao início da industrialização em que “(...) *o que se esvoaçava era o desenho de um Centro burguês de ruas largas e fachadas uniformemente neoclássicas, que seria território exclusivo das classes dirigentes: seu espaço de trabalho, diversões, comemorações cívicas e religiosas*” (Rolnik, 1989, p.10), de construções de afirmação ideológica das classes dominantes, diferente das intervenções a partir da década de 1920 e principalmente da década 1930-40, onde o planejamento urbano passou a ter um papel de direcionar o desenvolvimento da cidade, começando pelas obras de água, esgoto e energia elétrica e, depois, pela abertura de vias de acesso, bondes e ônibus, agindo como mediador entre as empresas em geral pelas facilidades de circulação, ao mesmo tempo, incentivando a indústria imobiliária dada a falta de moradia em relação ao crescimento populacional.

As condições econômicas no período de 1900 a 1920 foram bastante favoráveis à produção de habitações e edificações [dos cortiços, vilas e prédios], tendo sido construídos mais de 38 mil

urbano, coletivos ou não, como mercadoria a exemplo dos setores privados, ou quando não, e mais frequentemente combinadas com eles".

novos prédios, caindo a média de moradores por edifício de 11,59 em 1900 para 9,6 em 1930 (BONDUKI, 2013, p.53)

Segundo PETRONE (1955, p.151-153) no início do século XX a cidade de São Paulo já possuía áreas funcionais, onde o centro se caracterizava pelo comércio varejista, do centro velho ao Tamanduateí, mas também internamente aos bairros com pequenos núcleos locais; entre as várzeas dos rios e as vias férreas estavam localizadas as indústrias – nas localidades à leste de Comendador Ermelino (Ermelino Matarazzo), São Miguel Paulista, Brás, Belenzinho, Tatuapé, Mooca, Ipiranga e ainda no futuro ABC (São Caetano do Sul, Santo André) e ainda, a oeste, na Barra Funda, Água Branca, Lapa e Osasco. Os bairros residenciais, aparecem de acordo com as classes sociais e suas ocupações: no perímetro externo do centro, a classe média, bairros operários perto das indústrias e a elite local nas centralidades de decisões econômicas e políticas – nos arredores da Avenida Paulista.

Nesse momento “*a cidade se expandia com rapidez e era enorme a procura por moradias, estimulando a construção de novas unidades, cuja rentabilidade era garantida pelos mecanismos de mercado, que, na escassez, elevavam os aluguéis*” em um cenário de que “(...) a porcentagem da população que vivia em moradias de aluguel era, no período, [era] superior a 80%” (Bonduki, 2013, p.51-53). Ainda que as construções providenciadas pelas próprias empresas existissem – próximas a indústria ou das ferrovias e da companhia elétrica –, o padrão ainda se estabelecia segundo a relação de subtração do salário. Nesse período do início do século, acompanhando o crescimento populacional cuja capacidade de absorção pela indústria era limitada, e embora as vilas fossem melhores investimentos do nascente ramo imobiliário e construção civil, houve também a construção de cortiços nas franjas da região central – Bela Vista e Bexiga, por exemplo – em que

Não podendo pagar o aluguel de uma casa unifamiliar e isolada, o operário de menor renda, o trabalhador informal e o desempregado encontravam no cortiço e na casa de cômodos o alojamento compatível com seus parcos rendimentos. O cortiço mais comum em São Paulo era uma enfiada de cômodos dispostos ao longo de um corredor ou pátio, no qual se situava a área de lavagem e secagem de roupas e o banheiro de uso comum (BONDUKI, 2013, p.61)

A expansão urbana de 1925 a 1950 através das vias férreas, ainda que não continuamente, chegava ao norte do Tietê à serra da Cantareira e do Tremembé à Guarulhos, à oeste para além da Lapa, ao leste ligando Brás, Penha e São Miguel, no sudoeste ligando o Ipiranga à São Caetano e Santo André e ao sul chegando à Santo Amaro, que perdeu sua autonomia administrativa. A extensão da cidade e a ligação destes bairros e cidades com os centros produtivos ou comerciais “aproximou” outros lugares ainda mais distantes dos centros como Itaquera, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Itaquaquecetuba à leste, Mauá à sudoeste, Itapecerica e Cotia, Osasco, Barueri à oeste, Pirituba, Perus e Caeiras também à oeste, ampliando, desse modo, o espaço a ser ocupado pelo grande contingente populacional que encontrava-se densamente localizado nas regiões centrais da cidade de São Paulo (PETRONE, 1955, p.159-161).

Através de uma série de políticas estabelecidas entre o Estado e a iniciativa privada⁸, neste mesmo período começam a ocorrer “(...) *despejos judiciais de locatários de baixa renda e média renda, a demolição acelerada de edificações nos bairros centrais [cortiços e vilas modestas]*” (Bonduki, 2013, p.217). Os despejos foram decorrentes não só da ideologia do desenvolvimento e da modernização, mas do próprio processo de reinvestimento de capitais sobreacumulados a serem reproduzidos e que encontraram na construção da própria cidade, sejam em obras públicas, sejam em obras privadas sua realização. A construção das grandes avenidas e a audaciosa retificação do Rio Tietê e Pinheiros – projetos esboçados desde o começo do século – a partir dos anos 1940 passaram a ser postos em prática em conjunto com as políticas de loteamento pela Companhia City – de capital inglês (SEABRA, 1987, p.57) – e da autoconstrução da habitação para o trabalhador, nos interstícios entre os rios, dos núcleos semi-rurais e núcleos perto das fábricas entre as vias-férreas.

⁸ A Era Vargas foi o primeiro momento em que há uma política definida de habitação em que se buscou organizar os interesses do setor imobiliário junto ao Estado. “A novidade não era o modelo proposto, mas a estratégia e o encontro entre as aspirações ideológicas e as necessidades econômicas do empresariado. Estes, grosso modo identificados com a Ciesp-Fiesp, estavam interessados sobretudo em políticas realistas que reduzissem o valor efetivo despendido pelos trabalhadores com moradia, o que permitiria uma redução significativa com mão de obra” (Bonduki, 2013, p.85). Entre as soluções, encontram-se o subsídio estatal à construção de moradias, a regulação do mercado de locação (lei do inquilinato), autoconstrução de habitações pelos trabalhadores e a diminuição das normas legais para construção. Sobretudo, as duas últimas compõem no limite, a “expulsão” do custo de produção repassado às remunerações individuais cujo sentido foi a autoconstrução em regiões afastadas e por isso, periféricas.

Uma linha de bairros sucessivos os acompanha [as várzeas] hoje, desde aquele antigo povoado, integrado na cidade com o nome de Freguesia do Ó: Casa Verde, Chora-Menino, Mandaqui, Santana, Vila Guilherme, Vila Maria e etc. A várzea é apenas ocupada em estreitas faixas que a atravessam perpendicularmente, acompanhando as vias de comunicação, artificialmente elevadas por aterros acima do nível das enchentes, e que ligam o corpo da cidade àqueles bairros afastados. Avenida Santa Marina, Estrada do Limão, Avenida Rudge, Rua Voluntários da Pátria, Avenida Guilherme Cotching e umas poucas outras (...) A população destes bairros é a mesma da parte ocupada da baixada: operários de fixam ali (embora longe das indústrias, que se conservaram nas margens das estradas de ferro) para aproveitarem terrenos baratos, comprados a prestações, onde podem construir suas casinhas (PRADO JR., 1998, p.73-74)

Antes dos anos 1940 aquele setor de trabalhadores que vivia nas franjas do trabalho formal habitava localadamente nas áreas centrais, deduzindo-se, então, que era justamente o setor que vivia do final do circuito da mercadoria, no final da ponta da circulação no ato de sua realização, já que a região central era o local do comércio varejista e onde se localizavam os cortiços. Para o trabalhador branco, migrante ou não, era a situação de classe que definia a exploração, a mobilidade espacial acompanhava a disponibilidade de empregos e a possibilidade de pagar aluguel ou optar pela autoconstrução; ao trabalhador negro, o racismo que prescindia a imobilidade social determinou os locais de moradia, pois viver na franja econômica era a única opção onde “*tinha que viver de expedientes, salários insuficientes e apinhada em alojamentos (que outra coisa não eram os porões e cortiços em que habitavam) que não comportavam moradores*” (Fernandes, 2011, p.111). A degradação social decorrente da insalubridade vivida pelos trabalhadores que moravam nos cortiços expressou também a questão da acumulação capitalista do período já que os rendimentos não custeavam a própria reprodução da força de trabalho em que para garantir o nível de subsistência na cidade “(...) o chefe da casa muitas vezes não tem só um emprego; dedica-se a um, a dois ou três, acrescenta-lhes ainda alguns biscates e extraordinários com o fim de incrementar seu ganho” (Fernandes, 2008, p.190).

O fato dos trabalhos mal remunerados serem delegados aos trabalhadores negros pela imobilidade social decorrente do racismo, não os fazem estar fora da composição do desenvolvimento do capitalismo na cidade. “Produtividade” não é uma categoria marxiana da qual se confunde somente com a fábrica; no contexto brasileiro, latino-americano e “subdesenvolvido”, o trabalho informal é parte da forma pela qual o desenvolvimento industrial pôde se realizar através do racismo como prática coerciva como um meio para realizar o mesmo desenvolvimento. Embora estes trabalhadores não tivessem uma relação imediata e formal com a produção de mercadorias, mas sim uma função em sua circulação para a realização do capital na ponta da cadeia produtiva, suas remunerações baixas por serviço garantiam a viabilidade da distribuição das mercadorias. Segundo Santos (1997, p. 139)

Os carroceiros (...) constituíam assim os agentes principais dos serviços de transportes e abastecimento na Paulicéia, tão indispensáveis ao funcionamento de sua modernidade. (...) Quase a mesma relação pode ser observada em relação às quitandeiras, aos vendedores com seus tabuleiros e a outros ambulantes

A medida em que as reformas urbanas na região central foram se ampliando, tanto os trabalhadores mal remunerados quanto a leva migrante que chegava de outros pontos do país foram ocupando as áreas fora do eixo central, em todo o perímetro da região que se configuraria como a região metropolitana. Diferentemente do operariado branco que se organizava em torno do trabalho formal através dos sindicatos, os trabalhadores negros ao se defrontarem com a informalidade do emprego se organizaram em organizações como a Frente Negra Brasileira em que uma das tarefas “(...) *foi comprar terrenos em loteamentos recém-abertos nas periferias da cidade e fundar núcleos negros formados por casas próprias*” em bairros como Casa Verde, Vila Formosa, Parque Peruche, Cruz das Almas e Bosque das Almas (Rolnik, 1989, p.9-10). Com a ascensão do Estado Novo, a repressão ao movimento de trabalhadores colocou a Frente Negra Brasileira na ilegalidade, bem como o movimento sindical e as organizações partidárias de esquerda.

Cabe ressaltar que os antigos núcleos negros em São Paulo, como o bairro do Bexiga – um remanescente de quilombo – e o bairro da Liberdade no centro, já estavam sob os auspícios da reforma urbana, sendo ocupados por outras populações migrantes. Salvo os

casos em que a auto-organização negra pôde intervir – notadamente em regiões suburbanas, o mesmo espaço dos trabalhadores brancos –, o contingente de trabalhadores negros foi obrigado a ocupar/adquirir terrenos mais longínquos e/ou pior localizados, espalhando-se através de toda a área externa da cidade. Estas regiões estavam em sua maioria na ilegalidade, sendo desenvolvidas em parte por agentes imobiliários que loteavam sem autorização através da grilagem; o mesmo setor estava envolvido com o sistema de transportes, então parte da “indução do crescimento” da cidade foi feito por estes empreendedores que “(...) *desenvolveram uma série de mecanismos especulativos que permitiam vender a preços muito baixos os primeiros lotes colocados à venda para, em seguida, elevar gradualmente os preços dos demais*” (Bonduki, 2013, p.312). Além das ocupações em autoconstrução de alvenaria, é neste momento em que, a Favela passa a ser um tipo de habitação possível, embora absurda. A extremamente precariedade é a expulsão do orçamento familiar daquilo que é de sua reprodução como força de trabalho, em detrimento de outras necessidades biológicas como a alimentação. As primeiras favelas começam a surgir na década de 1940 – favela do Oratório na Mooca, Ordem e Progresso na Barra Funda, favela da Vila Prudente, favela da Vergueiro e favela da Rua Guaicurus na Lapa – e se ampliam no decorrer dos anos 1970 (TASCHNER, 2001, p.9).

Este fenômeno no decorrer das décadas de 1960-1970 em diante produziria a chamada periferia: se Santo Amaro na zona sul era o limite da cidade, agora ela se estende até a represa do Guarapiranga – também construída pela Light, com capital inglês, em 1908 –, a zona norte se encontra com Guarulhos, a zona oeste vai da Lapa até Perus e a zona leste se estende do Brás a Guaiianases; de 1950 a 1980 a população negra aumenta em São Paulo de 10,23% para 23,30% da população da cidade (ROLNIK, 1989, p.14), onde a maioria deles está concentrado não no anel central, mas nas periferias estendidas da cidade. Da segregação social do início do século, do confinamento da população trabalhadora negra nos cortiços da região central, a entrada da década de 1980 esconde aparentemente a população pela horizontalidade da cidade em seus extremos, confirmado a problemática do conceito de democracia racial através do direito à cidade que passa a ser expresso pelos movimentos negros, artísticos e de moradia, que a partir da década de 1970 passam a se expressar e auto-representar – do teatro de Solano Trindade, as diversas imprensas como o Caderno Afrolatinoamérica da Revista Versus, na literatura como os Cadernos Negros, bem como as entidades representativas de classe e raça como o Movimento Negro Unificado e etc. –, do final da ditadura civil-militar ao período de democracia no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reivindicações dos movimentos sociais por moradia, de periferia ou antiracismo na cidade de São Paulo hoje são expressões daqueles sujeitos que foram constituídos dentro do quadro descrito de divisão trabalho racializada que é escondida dentro da “democracia racial” através da constituição histórica do emprego e da habitação na cidade. Buscar compreender a gênese desse processo invariavelmente nos leva a combinação de elementos escravistas em uma sociedade capitalistas. O que aparentemente é uma contradição, na realidade, é a forma pela qual o desenvolvimento do capitalismo se deu no Brasil e na cidade de São Paulo. A observação de Trotsky (2008, p.21) sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia czarista, também serve ao contexto latino-americano: *“Açoitados pelas necessidades materiais, os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos (...) ao amalgama de formas arcaicas e modernas”.*

A “região” no sentido agrário-exportador colonial se dissolveu em meio a industrialização-urbanização onde o território nacional foi unificado pela forma mercadoria – incluindo o trabalho assalariado. A cidade de São Paulo, produto material da economia agrário-exportadora foi absorvida e absorveu o novo sentido dos conflitos que emergem da contradição capital-trabalho, tanto no campo quanto na cidade, em que pesce as diferentes formas de se apresentar do conflito.

A aceleração do crescimento industrial durante todo o século passado, então, não é um grande feito de personalidades da burguesia brasileira, mas da própria necessidade enquanto classe de manter os lucros dos empreendimentos; bem como a periferia, a pobreza e o crescimento horizontal a qual a cidade experimentou não é decorrente da falta de adaptação ao ritmo da industrialização experimentada pelos trabalhadores, principalmente os que trabalham na franja da industrialização – historicamente constituída pelos trabalhadores negros. A simultaneidade de empregos mal remunerados e produção das periferias corroboram com a ideia de que é intrínseco nas periferias do capitalismo o rebaixamento das remunerações a ponto de não cobrir o custo de reprodução da força de trabalho a fim de garantir a mais-valia necessária que a ser repartida entre reprodução interna da produção, manutenção do Estado e também, garantir a transferência de capital aos países centrais.

Revisitar a literatura sobre a formação do Brasil sobre a passagem de um modo de acumulação a outro também revigora o debate acerca da problemática urbana na medida em

que as relações capitalistas tendem a se ampliar, bem como suas crises no âmbito econômico e político; ao mesmo tempo, contribui para o debate das especificidades do “direito à cidade” na periferia do capitalismo, das formas culturais dos trabalhadores que revelam as reivindicações de transformação da sociedade. A observação de Lefebvre em “O Direito à Cidade” vai de encontro justamente com a multiplicidade de formas de apresentação das classes trabalhadoras, ou seja, os não possuidores dos meios de produção, aos quais ele chama de operários, que nessas condições à primeira vista se diferenciam, mas que são unificados pela “sociedade urbana”.

Para a classe operária, rejeitada dos centros para as periferias, despojada da cidade, expropriada assim dos melhores resultados de sua atividade, esse direito tem um alcance e uma significação particulares. Representa para ela ao mesmo tempo um meio e um objetivo, um caminho e um horizonte; mas essa ação virtual da classe operária representa também os interesses gerais da civilização e os interesses particulares de todas as camadas sociais de “habitantes” (Lefebvre, 2008, p.139)

BIBLIOGRAFIA:

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX. São Paulo: EDUSC, 2001.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo. São Paulo: Global, 2008.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

COGGIOLA, Osvaldo. As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e a nova regionalização. In: Revista do Departamento de Geografia, v.1, 1982, p. 21-47.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo (1880-1945). Difel/Edusp, 1971,

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A ideologia alemã. 8^aed. São Paulo: Hucitec, 1991.

FERNANDES, Florestan Fernandes. A integração do negro na sociedade de classes, v.1. São Paulo: Globo, 2008.

_____. O negro no mundo dos brancos. 2^aed. São Paulo: Global, 2011.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Brasília: UNB, 1965.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006.

HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20). 2^aed. São Paulo: Ática, 1991.

IANNI, Octávio. Raças e classes sociais no Brasil. 4^aed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2008.

- _____. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.
- LENIN, Vladmir Ilich. Imperialismo: estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARICATO, Erminia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: Produção social da casa, Erminia Maricato (org.). São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p.71-94.
- MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MARX, Karl. A miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- _____. O capital: crítica da economia política, o processo de produção do capital. Livro 1, Tomo 1, 1996a.
- _____. O capital: crítica da economia política, o processo de produção do capital. Livro 1, Tomo 2, 1996b.
- MARX, Murilo. Cidade no Brasil, terra de quem? São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MONBEIG, Pierre. Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo. In: Boletim Paulista de Geografia, n.16, 1954, p. 3-29.
- MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. 2^aed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.
- _____. História do negro no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.
- NASCIMENTO, Abdias do. Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3^aed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2011.

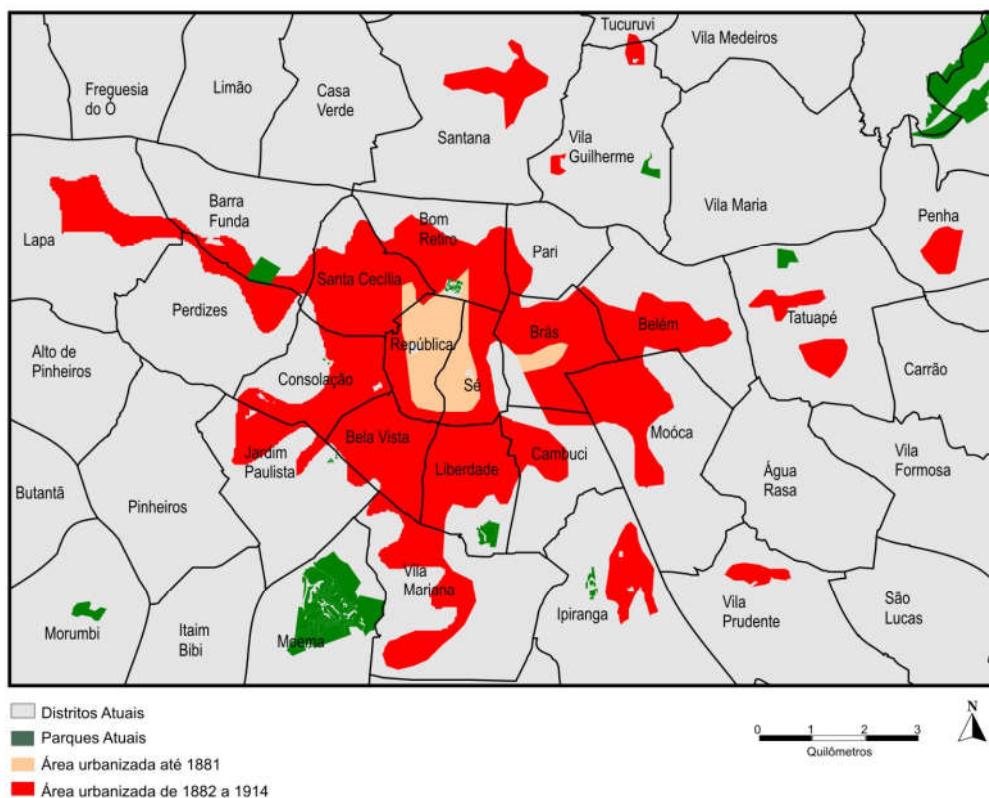
- _____. Noiva da revolução/Elegia para uma re(lí)gião. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Reinaldo José de. Territorialidade negra e segregação racial na cidade de São Paulo: a luta por cidadania no século XX. São Paulo: Alameda, 2016.
- PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. In: Revista de História, v.10, n.21-22, 1955, p.127-170.
- PRADO JR., Caio. A cidade de São Paulo. 2^aed. São Paulo, Brasiliense, 1998.
- _____. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras. São Paulo, 1989. Disponível em : <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territórios-negros.pdf>>. Acesso em 29 maio. 2018, p.1-17
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume, 1997.
- SANTOS, Milton. A cidade nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2008.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Tese de doutorado, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1987.
- _____. Urbanização e industrialização: rios de São Paulo. In: Labor & Engenho, v.9, n.1, 2015, p.37-49, 2015
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000). São Paulo: Aeroplano, 2013.
- TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas em São Paulo. In: Cadernos Metrópole, nº05, 2001, p.9-27.
- TROTSKY, Leon. História da Revolução Russa. Volume 1. São Paulo: Sundermann, 2007.

Anexos

Mapa do desenvolvimento urbanização da cidade de São Paulo (1882-1914)

Área Urbanizada

1882/1914



Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Empresa.
Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003.
Adaptação: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro

Mapa do desenvolvimento urbanização da cidade de São Paulo (1950-1962)

